



| | |
|----------|--|
| PROCESSO | 404712/2016 |
| ASSUNTO | JULGAMENTO DE PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR |
| RELATOR | Karen Mayumi Matsumoto |

DELIBERAÇÃO CED-CAU/MT Nº 233/2022

A **COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA – CED-CAU/MT**, reunida ordinariamente de maneira virtual (aplicativo Microsoft Teams), no dia *17 de fevereiro de 2022*, no uso das competências que lhe conferem o artigo 12, § 1º, da Resolução CAU/BR nº 104, o artigo 2º, inciso III, alínea ‘b’, da Resolução CAU/BR nº 30 e o artigo 95 do Regimento Interno do CAU/MT; e

Considerando os fatos expostos pelo (a) relator (a) Conselheiro (a) Karen Mayumi Matsumoto no parecer de admissibilidade.

Considerando que há nulidade as quais podem ser declaradas, nulas de ofício, conforme previsto nos arts. 102 e 106 da Resolução CAU/BR nº 143/2017.

Considerando que não há indício de infração as regras do Código de Ética e Disciplina, aprovado pela Resolução CAU/BR nº 52/2013 e Lei 12.378/2010, uma vez que, “não se fez presente má conduta ético disciplinar, dessa forma não é possível enquadrar-se no art. 11 da Resolução CAU/BR nº 143/2017.

Considerando que compete à CED-CAU/MT realizar o juízo de admissibilidade, imediatamente após a leitura do parecer de admissibilidade emitida pelo relator e que a referida Comissão decidirá pelo acatamento da denúncia e conseqüente instauração do processo ético-disciplinar ou no não acatamento da denúncia e conseqüente determinação do seu arquivamento liminar, nos termos do art. 21, da Resolução CAU/BR nº 143/2017.

DELIBEROU:

1. Aprovar a nulidade da decisão dos atos nulos de pleno direito a partir da decisão de fls. 24 e seus atos posteriores.
2. Aprovar o parecer de admissibilidade fundamentado do (a) Conselheiro (a) Relator (a), decidindo pelo não decidindo pelo não acatamento da denúncia e conseqüente determinação do seu arquivamento liminar.
3. Intimar o denunciante sobre a decisão e os motivos da determinação do arquivamento liminar, cabendo recurso ao Plenário do CAU/MT, no prazo de 10 (dez) dias, que deverá ser apresentado por intermédio da CED/MT.
4. Caso haja interposição de recurso, oficialiar a parte denunciada para que, querendo, apresente contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias.
5. Apresentado recurso, caso a CED CAU/MT não reconsidere a decisão, deverá encaminhar o recurso ao Plenário do CAU/MT, que decidirá pela manutenção da decisão recorrida de arquivamento liminar ou pela determinação do acatamento da denúncia.



| | |
|----------|--|
| PROCESSO | 404712/2016 |
| ASSUNTO | JULGAMENTO DE PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR |
| RELATOR | Karen Mayumi Matsumoto |

Com **04 votos favoráveis** dos Conselheiros Enodes Soares Ferreira, Weverthon Foles Veras, Vanessa Bressan Koehler e Karen Mayumi Matsumoto; **00 votos contrários**; **00 abstenções** e **00 ausência**.

VANESSA BRESSAN KOEHLER

Coordenadora

ENODES SOARES FERREIRA

Membro

WEVERTHON FOLES VERAS

Membro

KAREN MAYUMI MATSUMOTO

Membro
